



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 258/2001

**“INSTITUI NORMAS PARA A
CONCESSÃO DE AUXÍLIOS E
SUBVENÇÕES E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHUVISCA, no uso de suas atribuições,
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, anualmente, auxílios e subvenções a entidades do Município, mediante celebração de Convênio, na forma do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666-93 e nos termos estabelecidos pela presente Lei.

ART. 2º. Somente serão concedidos auxílios para despesas de capital e/ou subvenções sociais a entidades culturais, educacionais, assistenciais e desportivo amadoristas que fizerem prova:

- I** – de existência legal;
- II** – que não visam lucro e que os resultados são investidos para atender suas finalidades;
- III** – que os cargos de direção não são remunerados;
- IV** - que possuam Conselho Fiscal ou órgão equivalente;
- V** – de balanço e relatório do último exercício.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA
Gabinete do Prefeito

fls.02

...

ART. 3º. As entidades interessadas nos benefícios desta Lei solicitarão seu cadastramento no Município, até o dia 30 de abril de cada ano, fazendo prova dos requisitos estabelecidos no artigo anterior e apresentando o plano da aplicação, na forma estabelecida pelo art.116 da Lei Federal nº 8.666-93.

ART. 4º. Para fins de selecionamento das entidades interessadas e fixação do montante a ser distribuído a cada uma delas o Poder Executivo apreciará os pedidos apresentados até 30 de Junho e fixará o valor, considerando, primordialmente, o interesse público e social do trabalho comunitário a ser desenvolvido.

ART. 5º. Anualmente o Poder Executivo encaminhará no primeiro trimestre, ao Legislativo, projeto de Lei relacionando as entidades beneficiadas, na forma desta Lei, constituindo o Plano de Auxílios e Subvenções.

ART. 6º. Aprovado o Plano de Auxílios e Subvenções, o Poder Executivo providenciará a celebração de convênio com as entidades beneficiadas, repassando-lhes os valores correspondentes nos prazos que forem estipulados.

ART. 7º. Considera-se, para os efeitos desta Lei:

I – auxílio, a transferência de capital destinada a investimento ou inversão financeira, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, derivado da dotação destinada por Lei;

II – subvenção, a transferência corrente, destinada a cobrir despesa de custeio das atividades das entidades beneficiadas, públicas ou privadas.

ART. 8º. Tratando-se de entidade oficiais, com tradição na prestação de relevantes serviços à comunidade, poderá o Poder Executivo ex officio, incluí-las no Plano de Auxílios e Subvenções, determinando os respectivos valores.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA
Gabinete do Prefeito

fls.03

...

ART. 9º. As entidades beneficiadas com a concessão de auxílios e subvenções deverão prestar contas ao Município, até 30 (trinta) dias após a execução do convênio, devendo apresentar a seguinte documentação:

I – declaração expressa de que a importância recebida foi aplicada na consecução dos fins a que se destinava e que foram efetuados os devidos registros contábeis;

II – declaração de que o Conselho Fiscal da entidade beneficiada aprovou a aplicação do benefício recebido;

III – relação discriminada de aplicação do benefício recebido, indicando a data, o valor, o nome do credor e o histórico da despesa;

IV – na hipótese de existência de saldo disponível, indicação expressa de seu valor e do estabelecimento de crédito em que o mesmo se encontra depositado.

Parágrafo único – No caso da hipótese do inciso IV deste artigo, deverá a entidade, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, recolher o saldo aos cofres da municipalidade.

ART. 10. A entidade beneficiada manterá em seus arquivos, pelo prazo de 05(cinco) anos, a documentação comprobatória da despesa, à disposição do Município, para fins de auditoria interna ou externa.

§ 1º - A seu critério e a qualquer momento, o Município poderá requisitar a documentação de que trata o presente artigo, para exame, na sede da entidade e, excepcionalmente, fora dela, devolvendo-lhe oportunamente.

§ 2º - As entidades beneficiadas ficam obrigadas a exibir a documentação requisitada, na forma do § 1º, aos servidores do Município, credenciados para tal, para exame, in loco, e a entregá-la, quando for o caso, mediante recibo circunstanciado.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA
Gabinete do Prefeito

fls.4

...

ART. 11. As entidades que deixarem de prestar contas do benefício, dentro do prazo fixado pelo art. 9º desta Lei, ou que tiverem a comprovação da despesa rejeitada, não poderão, sem prejuízo das demais cominações legais, receber novos auxílios ou subvenções do Município.

ART. 12. Para atender as despesas da presente Lei, o Poder Executivo fará constar na Lei de diretrizes orçamentárias, no orçamento anual, verbas para auxílios e subvenções a entidades, na seguinte proporção:

- I – a entidade culturais 0,20%
- II – a entidades educacionais 0,10%
- III - a entidades assistenciais 0,30%
- IV - a entidades desportivo-amadoristas 0,40%

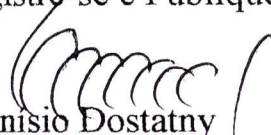
ART. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 14. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 08 de Novembro de 2001.


Jose Enio Brandeburski
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


Dionísio Dostatny
Secretário Municipal da Administração